



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Ata do Encontro Regional da CGJ – Biênio 2021-2022

Tema	Audiência Pública na Comarca de Formosa-GO, abrangendo as Comarcas da 6ª Região (Formosa, Flores de Goiás, Alto Paraíso, Alvorada do Norte, Campos Belos, Cavalcante, Iaciara, Padre Bernardo, Planaltina, Posse e São Domingos).
Data e hora	21/10/2022 8h (Reunião Interna) e 14h30 horas (Audiência Pública)
Local	Momento híbrido/ on-line e presencial
Secretários	Kenedy Augusto Batista Pereira Mendes, Márcia Rabelo de Almeida, Roberta Saraiva Bandeira de Lima e Vanessa Cristina Pereira Dias
Participantes da mesa diretora	Reunião Interna com os Magistrados e Servidores <u>Composição da mesa diretiva:</u> Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira – 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça neste ato representando o Desembargador Nicomedes Domingos Borges Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino – Juiz Auxiliar da Presidência neste ato representando o Presidente Dr. Carlos Alberto França Dr. Gustavo Assis Garcia – 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Ricardo Silveira Dourado – 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dra. Vanessa da Silva Baruki – Diretora do Foro da Comarca de Caldas Novas Helenita Neves de Oliveira e Silva – Secretária-Geral da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Vitor Umbelino Soares Júnior – Juiz de Direito e Vice Coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO Dra. Mariana de Queiroz – Juíza de Direito e Diretora Executiva dos Grupos Reflexivos no âmbito do Poder Judiciário Dr. Clécio Marquez – Diretor de Planejamento e Programas da Corregedoria-Geral da Justiça Sr. Bruno Faustino – Vice-Presidente do SINDJUSTIÇA Sr. Eleandro – Vice-Presidente do SINDOJUS





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

	<p>Audiência Pública Externa <u>Composição da mesa diretiva:</u> Desembargador Nicomedes Domingos Borges - Corregedor-Geral da Justiça Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira – 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Presidente da Comissão Organizadora de Encontros Regionais Dr. Gustavo Assis Garcia – 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Ricardo Silveira Dourado – 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. Marcos Vinícius Alves de Oliveira – 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dra. Christiana Aparecida Nasser Saad – Diretora do Foro da Comarca de Formosa Dr. Clécio Marquez – Diretor de Planejamento e Programas da Corregedoria-Geral da Justiça Sr. Kleber Marra – Prefeito de Caldas Novas- GO Prefeito de Formosa – Gustavo Marques de Oliveira Prefeito de Cabeceiras – Everton Francisco de Matos Presidente da Câmara dos Vereadores de Formosa – Roberta Brito Schwerz Funchetto Presidente da Câmara dos Vereadores de Cabeceiras – Joviano Antônio Neto Machado Ribeiro Diretor do Case – José Carlos Rodrigues da Silva Diretor do DGAP – Volney Vitor Dias Comodante do 16º Batalhão da Polícia Militar de Formosa – Major Marcelo Rodrigues de Almeida Diretora Geral das Faculdades Integradas - IESGO– Juliana Cordeiro Lucena Delegado Regional da 11ª DP- José Antônio Machado Sena Presidente da OAB – Edimar Amorim Coordenador do Ministério Público – João Paulo Cândido dos Santos Oliveira Cartórios Extrajudiciais.</p>
Participantes da plateia	Lista de Presença Anexa

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO REGIONAL

Quarta-Feira (19/10/2022):

Av. Assis Chateaubriand, nº 195, Térreo, Setor Oeste, Goiânia – Goiás – CEP 74.130-011 -
Fone (62) 3236-5492 - 3236-5493





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Cursos:

- Abertura Oficial do Encontro Regional
- Painel Jurídico com mediação do 3º Juiz Auxiliar da CGJG
- Gestão Aplicada das Unidades Judiciárias com a mediação do 3º Juiz Auxiliar da CGJGO
- Capacitação do CEJUSC
- Capacitação do SEEU
- Capacitação do PROAD Painel Ativacional com a DRH/TJGO
- Painel Ativacional com a DRH/TJGO

Quinta-Feira (20/10/2022):

- Capacitação PJD – Parte Geral (Criminal e Cível)
- Capacitação do Foro Extrajudicial 1
- Capacitação do Foro Judicial
- Capacitação da EJUG/TJGO: “Liderar é servir”
- Capacitação PJD Criminal
- Reunião com Cartorários do Serviço Extrajudicial
- Capacitação do Foro Extrajudicial 2

Sexta-Feira (21/10/2022):

Reuniões:

- Reunião Institucional da CGJGO com Servidores e Magistrados
- Reunião Reservada da CGJGO com Magistrados
- Audiência Pública com instituições da Comarca Polo de Anápolis





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

1. O 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira, iniciou a reunião informando que o momento é de abertura para o diálogo, a fim de que os pleitos sejam analisados e as dúvidas sanadas.
2. Dr. Gustavo Assis Garcia, 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria, enfatizou a importância do Encontro Regional, sendo esse o momento específico e propício para debates e críticas.
3. Dr. Ricardo Silveira Dourado, 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria, informou que a Corregedoria está disponível para diálogo e em busca de soluções para problemas encontrados.
4. Dr. Vitor Umbelino Soares Júnior, Juiz de Direito e Vice Coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência, após os cumprimentos, explanou a importância de eventos como o Encontro Regional, pois se trata de um programa que vem se firmando como um espaço de troca de ideias e experiência, onde se busca cada vez mais o aperfeiçoamento por uma atividade jurisdicional transparente, principalmente a qualidade do acesso à justiça.

O Vice Coordenador ressaltou as Resoluções do CNJ 128 e 254 do CNJ que determinaram algumas atribuições. Essa última trata de pontos importantes da Justiça pela Paz em Casa. Apresentou alguns projetos desenvolvidos pela Coordenadoria da Mulher, presidida pela Dra. Sandra Regina Teodoro Reis, como o projeto Educação e Justiça e Lei Maria da Penha na Escola, convidando os colegas para conhecerem a forma de trabalho. Mencionou acerca da instalação de projeto TJGO para cirurgias reparadoras, segundo o qual as mulheres em situação de violência doméstica terão cirurgias custeadas pelo SUS.

5. Foi apresentado um vídeo institucional das metas do Poder Judiciário em 2022, informando as Metas Nacionais 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11 e 12, que representam o compromisso dos tribunais com o aprimoramento do seu desempenho e o objetivo de entregar à sociedade um trabalho jurisdicional mais célere e efetivo. O vídeo pode ser acessado pelo site do Tribunal de Justiça Estado de Goiás.
6. Bruno, Vice-Presidente do SINDJUSTIÇA, após cumprimentos, informou que o SINDJUSTIÇA passou por eleições, agradeceu os votos que a chapa 1 obteve, sendo a chapa vencedora. Parabenizou o projeto da Cara Horária de 6h que está em trâmite. Registrou uma reclamação a OAB por ser contra a Lei de redução de carga horária do servidor para as 6h, levantou que a OAB sempre tem sido contrária as questões que beneficiam o servidor, frisou que a entidade não tem legitimidade para enfrentamento das





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

questões administrativas do Tribunal de Justiça, sendo lastimável essa postura, frisou que o TJGO sempre vem recebendo premiações do CNJ por sua produtividade sendo um dos melhores do país, demonstrando que as reclamações que a OAB levanta são infundadas. Deixou registrado que o SINSJUSTIÇA repudia a atuação da OAB e solicita que os servidores se unam nessa situação. Deixou uma breve reflexão que servidor adoecido não expede alvará e nem mandado.

7. Dra Sirlei, respondeu que manifestou favorável essa alteração da carga horária desde o começo e não vislumbra nenhum prejuízo para a produtividade. Esclareceu que a reação da OAB foi muita mais severa do que previam, como também a da imprensa. Esclareceu que resta esperar pra ver a reação da Assembléia. Finalizou dizendo que sobre o tema da Carga Horária de 6h, em conversa com o Presidente, tende a ter uma notícia positiva aos servidores em breve.
8. Erica Neres, via *chat*, “isso é a pura verdade eles não tem hora de entrar em contato e ainda nos nossos telefones particulares. Fora que pós pandemia o que menos tem nos fóruns é advogado eles mesmos foram os primeiros a aderir a via *online*, pois tornou muito prático”
9. Lucília Santos Silva, via chat, “falou muitas verdades o Bruno. Concordo plenamente”
10. Erica, Servidora da 3ª Vara Cível de Formosa, concordou com a fala do Bruno, informou que em relação a questão mencionada, embora os advogados queiram que os servidores estejam presentes do fórum, a virtualização feita pelo Tribunal é a cumprimento de determinação do CNJ. A OAB ao se contrapor a esse projeto também deveria observar que o Tribunal está fazendo isso após realização de estudos sobre a 6h, e a virtualização não está sendo feita de forma aleatória, existe determinação e todo um contexto por trás disso.
11. Lucília Santos, Servidora de Campos Belos, via *chat*, questionou: “A Dra Christiana Nasser falou sobre o atendimento do Pai presente, por estagiários no CEJUSC, como é feito esse procedimento na Vara de Formosa?”
12. Dra. Christiana Nasser, Diretora do Foro de Formosa, foi respondido que no CEJUSC em Formosa não há estagiários, mas um convênio com a Faculdade IESGO que disponibilizou dois funcionários que são geridos pelo servidor responsável.
13. Dr. Marcus Vinícius registrou que os Magistrados pedem regulamentação aos Municípios sobre os servidores cedidos por lei municipal.
14. Dra. Sirlei, esclareceu que existe um termo de cooperação, na pasta de Dr Reinaldo, os





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- Diretores do Foro terão que se reunir com os prefeitos para debaterem. E informou acerca das nomeações de servidores e realização das correções de provas dos magistrados dos concursos, que a intenção é preencher todas as vagas que estão livres.
15. Lucas Pinheiro de Abreu Meirelles, via *chat*, “Dra. Sirley, há alguma previsão de concurso para magistratura e/ou servidores?”
16. Dra. Sirlei, pontuou que o concurso de Juiz está tramitando bem, e o dos servidores do primeiro grupo serão empossados no dia 28, com posse e exercício em janeiro. O Presidente já solicitou estudos para chamar o máximo de pessoas e completar as vagas que estão em aberto.
17. Bruno de Campos Lucas, via *chat*, “O que o TJGO tem feito para proporcionar um melhor vencimento ao servidor? Pois segundo narrado em grupos de whatsapp de servidores hoje temos um dos piores salários entre tribunais no BR (entre últimos cinco) e que em Goiás temos vencimentos piores que as polícias civil e militar. Precisamos de recomposição anual, mas também precisamos melhorar o vencimento base, pois o servidor recebe prêmios do CNJ mas não tem valorização.”
18. Dr. Aldo registrou que a pergunta refere-se a pasta da Dra. Sirlei, mas informou que já houve pontuações informais que em relação aos assessores de juízes o TJGO está entre os melhores patamares ou iguais aos demais tribunais, em relação a outros servidores não sabe informar..
19. Luciana, Servidora da 3ª Vara Criminal de Formosa, via *chat*, “Muito nos preocupa a questão relacionada a limitação de mandados a serem cumpridos pelos Oficiais de Justiça. Na comarca de Formosa a limitação de 200 mandados está gerando impactos ruins principalmente nas audiências criminais, apesar das tentativas das intimações por telefone/ aplicativos pelos cartórios. Quais os projetos para esse tema?”.
20. Dr. Marcus Vinícius esclareceu que em relação aos Oficiais foi regulamentado recentemente pelos provimentos 7 e 9, informou que a comarca que excede o limite de 200, a diretoria do foro faz o requerimento e a CGJ analisa e libera, nos casos das Comarcas maiores que excedem reiteradamente há possibilidade de liberação por 3 meses, frisou que posteriormente pode ser avaliado essas situações para maiores prazos.
21. Ubiratan, Assessor de Orientação e Correição da CGJ, registrou que a CGJ faz a reanálise de cada caso e sempre que o Diretor do Foro necessita deve fazer o requerimento solicitando a liberação de mandados excedentes, há a possibilidade de





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

liberação durante 3 meses ou deixar de fora sem limitação de tempo dependendo da necessidade.

22. Bruno Faustino, via *chat*, “Dr. Aldo, a central eletrônica de mandados está chegando. Obrigado. Será uma “abertura do Mar Vermelho”, esperamos que em breve não exista também o SISDIM. Enviar mandado, via malote digital, para o deprecado é inconsistente com o momento que vivemos no Processo Judicial Eletrônico.”
23. Dr. Aldo registrou que houve avanço na Central, estando agora 5ª etapa do projeto e pelo cronograma até 1º de março estará implementada em todo o interior, sendo posteriormente iniciado em Goiânia.
24. Eva Vilma, via *chat*, “Sugestão: mudança no sistema controle. Não tem como cobrar mandados há mais de 45 dias com o oficial sendo que, sequer fora distribuído pela Central, ante a imposição está havendo uma punição aos jurisdicionados da justiça gratuita, que precisam esperar ainda mais para que seu mandado seja encaminhado ao oficial de justiça como explicar isso a parte no balcão?”
25. Ubiratan, esclareceu que acredita que existe esse indicador de controle de 45 dias, mas como há a limitação do quantitativo aparece que está há mais de 45 dias, enquanto ainda está aguardando a distribuição.
26. Pergunta via *chat*, acerca da lotação dos servidores empossados, pedindo esclarecimentos para onde irão.
27. Dr. Aldo explicou que esse assunto é da pasta da Dra. Sirlei, e mencionou que o presidente tomará essa decisão. Informou que ouviu os magistrados e que está tendente a fazer uma divisão em que uma parte vai para o interior para comarcas em maior necessidade e a outra parte deles comporá as centrais, ressaltou que quem está na gestão tem a visão do todo, esclareceu que as centrais representam remotamente mais de 1 servidor, pois todos os serviços das centrais estão disponíveis para o interior de forma remota.
28. Divino Pinheiro explanou que as centrais trarão um maior dinamismo para a prestação jurisdicional, pois especializa as ações, informando os vários projetos de centrais existentes e já em andamento, informa que aliado a essas centrais a Diretoria Judiciária tem outros projetos para auxiliar, otimizando a atuação do servidor, ressaltou que os servidores entregam bastante serviço.
29. Dr. Aldo explicou que as centrais que estão sendo gestadas representam trabalhos em médio prazo, que as comarcas que aderem podem não ver de início, porque não é





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

mutirão, é uma gestão de adoção, pois estão cedendo serviços.

30. Via *chat*, “Deixo aqui meus Parabéns para o Projeto das Comarcas Integradas, que tem apresentado bons resultados na celeridade da prestação jurisdicional, em especial no JEC, Infância e Juventude Infracional e Cível, na Comarca em que trabalho.”
31. Dr. Marcus, informou que esse projeto foi produzido pelo Dr. Altair com o Dr. Reinaldo, isso tem produzido resultados pelo princípio da especialidade. Esclareceu que deve se pensar como ficaria a formação desses núcleos, se perderia a noção de Comarca como conhecemos hoje, como também a questão de residência de Juiz e se haveria vinculação.
32. Dr. Pedro Guarda, informou que tem participado com alguns projetos do CACE em algumas Comarcas e é como se tivesse um servidor a mais. Com a relocação os servidores acabaram tendo um desfalque na Comarca e com a criação desses Centros, há uma grande ajuda, que só vem tendo benefícios.
33. Dr. Aldo informou que todos os projetos de automação estão sendo colocados em prioridade, os servidores que serão empossados vão fazer curso e ficarão nas centrais por 2 meses para treinamento. Explicou que abrirá concurso de relocação para priorizar os servidores mais antigos.
34. Domingos, Diretor da DTI, explanou que hoje não tem implementado totalmente a central de mandados, e quando implementado terá como acompanhar as etapas do mandato, o que se controla hoje é o encaminhamento do mandato e não efetivamente a distribuição, informou ainda que quando tiver implementado a Central terá essa alteração dos indicadores.
35. Nivia Valadares, via *chat*, “Após a regulamentação, os Servidores Municipais receberão algum benefício financeiro do TJ/GO?”
36. Dr. Marcus esclareceu que esse servidor é remunerado pelo município e não pelo Tribunal.
- 37. Dr. Pedro Guarda, com relação as Comarcas Unificadas, sugeriu uma criação de um departamento/central/ouvidoria para recebimento de todos os e-mail e encaminhamento aos magistrados em respondência.**
38. Dr. Marcus Vinicius, esclareceu que está a cargo da Dra. Sirlei unificar esse procedimento.
39. Dr. Aldo esclareceu que esse tema é da pasta do Dr. Reinaldo e passará essa sugestão ao Dr. Reinaldo para análise de qual melhor solução.





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

40. **Marco Antônio Carolino, via chat, “Não sei é permitido, mas, gostaria de sugerir a criação de vara única em Goiás para tramitação de todos os processos previdenciários. As comarcas ficariam a cargo de prestar auxílio.”**
41. Dr. Marcus Vinicius esclareceu que as questões previdenciárias têm competência do foro do domicílio, se o tribunal achar viável seriam nos formatos dos núcleos 4.0 que desconsideram essa competência originária, que passará a ideia ao Dr. Aldo e Dra. Sirlei. Dr Aldo falou que é uma sugestão interessante, mas que demanda estudos.
42. Lorena Araújo, equipe interprofissional da Comarca de Formosa, informou que a equipe interprofissional atua em todas as Comarcas da 6ª Região, e existe muita dúvida quanto ao trabalho da equipe. Pontuou que as equipes interprofissionais atuam auxiliando juízes nas decisões de alguns projetos. Mencionou o Provimento 47/2021 que rege o trabalho. Explanou sobre as salas de depoimentos pessoais, e que muitos Juízes querem encaminhar esses depoimentos para Formosa.
43. Dr. Gustavo, explicou que a equipe tinha o corpo funcional de 140 pessoas, hoje possui menos de 90 profissionais em atividade. Informou que não tem uma perspectiva a curto prazo de reposição dessas vagas. Esclareceu que a Dra. Sirlei está buscando uma opção alternativa para prover essas equipes. Quanto as salas de depoimentos pessoais, elas estão sendo instaladas em todas as unidades, mas o depoimento pessoal deve ser realizado no local onde a criança ouvida está. Explicou que foi implementada a agenda compartilhada, desenvolvida pela DTI, essa agenda implica no cadastramento dos servidores. A par disso, tem se um acréscimo da força de trabalho e a possibilidade através de uma resolução através do termo de cooperação técnica para que profissionais dessas áreas sejam disponibilizados para acrescer essa força de trabalh. Além do provimento estão trabalhando num manual para atuação dessas equipes.
44. Lorena, explicou que a dúvida é se seria a questão de um Juiz de outra Comarca, por exemplo, Cavalcante, pedir para agendar um depoimento pessoal, como seria por parte da equipe.
45. Maria Nilva, da equipe interprofissional da CGJ, informou que em Cavalcante já está implantada a sala de depoimento, e já foi encaminhado o termo de cooperação técnica. Explicou que Flávio e outro servidor já estão fazendo o treinamento. Sugeriu que as comarcas que ficam próximas, sendo possível o deslocamento da criança com um responsável, que se dirija até a sede para melhor atender aquelas localidades que não tem sala de depoimento especial, devendo ser gerido por uma agenda possibilitando a





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

organização.

46. Dra. Simone, Juíza de Planaltina, informou que está nomeando profissionais do município, tendo em vista que a equipe interprofissional possui apenas um psicólogo. Informou que discorda com o deslocamento da criança e que o tribunal que deve se dirigir até a localidade, informou ainda que muitos desses profissionais cedidos do município muitas vezes não tem a qualificação necessária, que deve haver um reforço das equipes, pois caso contrário a comarca polo será melhor atendida e as demais não serão, por isso o tribunal deve contratar mais pessoas para a equipe para que as demais comarcas sejam melhor atendidas. Indagou sobre quais centrais que estão disponibilizadas, para que possa utilizar essas centrais e desafogar seus servidores, perguntou ainda quais os servidores que serão relotados, visto que a unidade ficará em prejuízo.
47. Dr. Gustavo explicou que o TJGO não tem a curto prazo previsão de concurso, nem mesmo a médio prazo, portanto, tem que se valer de outros meios, que seria o banco dos peritos que tem atuantes de outras áreas, como psicólogo, informou que há remuneração desses peritos. Esclareceu que está sendo analisada a contratação temporária de servidor, pois o concurso não virá. E em relação a capacitação o TJGO tem sido realizada tanto a capacitação presencial e a distância dos profissionais cedidos. E se pôs a disposição para sanar os problemas que eventualmente surjam.
48. Dr. Aldo, disponibilizou um flyer sobre as centrais eletrônicas e informou que a CPE integra a CACE, Central de RPVs Estaduais e Federais, Central de Cumprimento de Liminar, Sniper, Central de Liminares, Central SEEU (quase 70% do sistema), Central de Atermação dos Juizados, Central de Expedição de Alvarás e Central BNMP, Central de Expedição de Mandados, Central de Comunicação por Meio Eletrônico Atípico.
49. Dra. Christiana enfatizou o excelente trabalho que a equipe interprofissional vem realizando, e que o município de formosa disponibilizou uma psicóloga para atender na sala de depoimento a demanda em formosa.
50. Dr. Marcus encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e informou que todas as questões levantadas serão levadas a discussão.

DELIBERAÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1. Após os cumprimentos oficiais, Dr. Marcus Vinícius, 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria, registrou a receptividade da Corregedoria para receber críticas e sugestões em busca da melhoria do Poder Judiciário, seguido dos breves cumprimentos feitos pelo Dr. Gustavo





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Assis Garcia e Dr. Ricardo Silveira Dourado.

2. José Antônio Sena, Delegado da Polícia Civil do Estado de Goiás, informou sobre as dificuldades que o Projudi apresenta no sentido de apresentação de indicadores de acompanhamento dos inquéritos que são conclusos ao magistrado. Pontuou também sobre os Bens apreendidos, que apesar do bom funcionamento da comissão de leilões, alguns bens não recepcionados pelo Poder Judiciário em razão de não haver estrutura física. Contudo a Polícia Civil acaba guarnecendo o bem com dificuldades, que por vezes são cobrados devolver nas mesmas condições dez anos depois, sem contar os casos em que não há pronunciamento judicial sobre a destinação do bem.
3. Dr. Marcus esclareceu que o processo eletrônico criminal foi o último a ser instalada, solicitou registrar em ata a criação de marcador no Projudi para os delegados acompanharem melhor essa tramitação.
4. Dr Gustavo, informou que já existe solicitação por parte da CGJ de novas ferramentas do Projudi. Esclareceu que toda modificação é difícil e que o Dr. Aldo cuida e faz com muita competência. Explanou que sobre o tema, já havia sido detectado o problema e está sendo analisado pelo Dr. Aldo que cuida dos sistemas para que haja uma separação com urgência, sem a necessidade de clicar no processo para verificar o porque do encaminhamento, mas já aparecer na primeira tela o que precisa ser trabalhado. Com relação aos bens apreendidos, esclareceu que estão realizando mutirão em Anápolis e a tendência é realizar outros mutirões em outras unidades judiciárias com o objetivo de desocupar espaço. Explicou que deve se trabalhar com a ideia de alienação do bem, depósito do valor do bem apreendido, e que ao longo do tempo tem seu valor conservado, que seja entregue a quem tem direito ao bem nos casos em que isso pode ser feito. Pontuou que seria interessante entrar em contato diretamente com o Dr. José para criar uma estratégia de trabalho e orientação.
5. Túlio Valadares, Oficial do Registro de Imóveis de Formosa, elogiou a gestão da Corregedoria e colocou à disposição para solução dos serviços extrajudiciais. Ao final, informou sobre a ouvidoria da Sinoreg.
6. Dr. Edimar Alves Amorin, presidente da Subseção da OAB de Formosa, parabenizou a atuação do Tribunal de Justiça, e enfatizou o bom diálogo junto aos Juízes da Comarca e o excelente atendimento prestado pelos servidores. Pontuou sobre o problema dos processos que possuem possibilidade de progressão de regime e são demoradas as análises. **Apresentou a dificuldade de conseguir o deferimento da Justiça Gratuita, que por vezes é necessário buscá-la no 2º Grau, e solicitou uma maior sensibilidade**





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

neste assunto.

7. **Dr. Marcus informou que pela questão da gratuidade deixa registrado que os magistrados tenham sensibilidade, mas que não pode se aprofundar por ser matéria jurisdicional e com isso ser alçada do magistrado.**
8. Dr. Gustavo informou que é necessário especificar o motivo do atraso, visto que pode envolver questões como realização de exame criminológico (questão jurisdicional) ou em razão do volume mesmo. Pontuou que em relação a assistência judiciária tiveram o Provimento da Corregedoria que criou os critérios objetivos para deferimento desses benefícios, e OAB Goiás solicitou a revogação desse provimento, que acabou sendo suspenso, então hoje não se tem mais os critérios objetivos.
9. João Paulo Oliveira, Promotor de Justiça e Coordenador das Promotorias de Formosa-GO, parabenizou a gestão realizada pelo Des.Nicomedes Domingos Borges frente a Corregedoria-Geral da Justiça, bem como elogiou a atuação e bom diálogo dos Magistrados de Formosa-GO.
10. Juliana Cordeiro Lucena, Diretora Geral das Faculdades Iesgo, elogiou a integração do Poder Judiciário para com as demais entidades e reforçou a parceria junto à Comarca de Formosa.
11. Kenedy Augusto, Assessor Correicional, agradeceu os elogios proferidos pelo Dr. Lucas Siqueira e ressaltou a excelência da atuação da Comarca de Formosa.
12. Márcia Rabelo, Diretora do SAU, fez os cumprimentos direcionando ao Dr Ricardo, explicou acerca do funcionamento do Serviço de Atendimentos aos Usuários e disponibilizou os contatos para atendimento:
E-mail:sau@tjgo.jus.br
Whastapp:(62)3236-5600
Ligações:(62)3236-5600/5455
Plataforma: <https://corregedoria.tjgo.jus.br/sau>
13. Helenita, Secretária-Geral da CGJ, agradeceu a presença de todos e frisou que a CGJ está sempre atenta aos clamores sociais, e que esse momento é a oportunidade de compreender as necessidades da sociedade para aperfeiçoar o trabalho da CGJ.
14. José Carlos Rodrigues da Silva, agradeceu a atuação do Dr.Lucas Siqueira na infância e juventude, bem como a sua disponibilidade e empenho na ressocialização dos menores.
15. Lucilia Santos, Comarca de Campos Belos, via *chat*, “Perdão não expor por vídeo, haja vista, problema técnico. Não sei se seria conveniente ainda, mas, pela manhã não houve





PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

tempo. Enfim, é um esclarecimento sobre o atendimento em ordem cronológica, levando em conta concluso, liminar, réu preso, menor apreendido etc...Qual a orientação da corregedoria para melhoria? Outra situação que acontece é a não atualização, em tempo real, dos Sistemas da corregedoria, o qual os advogados tem acesso.”

16. Ubiratan, solicitou que a mesma enviasse um e-mail para a assessoriacorreicional@tjgo.jus.br que ele tratará da questão diretamente com ela.
17. Nara Quésia, pontuou sobre a dificuldade de nomeação de advogados dativos em razão da escassez, principalmente em Flores de Goiás, que há uma dificuldade das partes em ter acesso aos advogados. Ao final, questionou se há interlocução com a Defensoria Pública ou com o Poder Executivo Estadual.
18. Dr. Marcus Vinícius informou que a Defensoria não tem estrutura para atender todo o Estado, mas que o Tribunal enviou Ofício a OAB para que mantenham um banco de Advogados Dativos.
19. Dr. Edimar, Presidente da Subseção de Formosa, mencionou sobre o auxílio da Subseção na indicação dos advogados de Formosa para atuação nos Processos de Flores de Goiás. Explicou que os Advogados Dativos são nomeados pela OAB e se encarregam de ajuizar as ações. Informou que o convênio deu muito certo, tanto que reverberou também com o Ministério Público de Formosa.
20. Dr. Marcus Vinícius agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.
21. Audiência Pública encerrada às 16h12.

ASSINATURAS

Desembargador Nicomedes Domingos Borges
Corregedor-Geral da Justiça

Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira
3º Juiz Auxiliar da Corregedoria

Clécio Silva Marquez
Diretor da Diretoria de Planejamentos e Programas da CGJ

Kenedy Augusto Batista Pereira Mendes
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais



ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

NICOMEDES DOMINGOS BORGES

CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Assinatura CONFIRMADA em 21/11/2022 às 15:28

Marcus Vinícius Alves de Oliveira

JUIZ DE DIREITO

3º JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA.

Assinatura CONFIRMADA em 22/11/2022 às 18:02

CLECIO SILVA MARQUEZ

DIRETOR(A) DE ÁREA

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAS DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 23/11/2022 às 21:07

KENEDY AUGUSTO BATISTA PEREIRA MENDES

ESCREVENTE JUDICIÁRIO II

ASSESSORIA CORREICIONAL DA CGJ

Assinatura CONFIRMADA em 21/11/2022 às 17:07